

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL.

MANDADO DE SEGURANÇA

C/PEDIDO DE LIMINAR

LUIZ EDUARDO GIRÃO, brasileiro, casado, Senador eleito em 2018 e diplomado pelo Estado do Ceará, residente em Fortaleza, na rua Senador Machado, 100, aptº 2201, portador do CPF nº 319668103-34, vem, respeitosamente, por seus procuradores, com fundamento nos art. 5º, LXIX, da Constituição c/c art. 1º e seguintes da Lei nº 12.016/2009, IMPETRAR o presente Mandado de Segurança com pedido de liminar contra o Presidente da Mesa Diretora do Senado, por ostensiva violação aos princípios da moralidade e probidade consagrados nos arts. 5º, LXXIII, 14, § 9º, 37, 85, V e § 4º do art. 37 da Constituição, para que se abstenha de inscrever o nome de Senador, que tenha contra si denúncia recebida pelo Supremo Tribunal Federal, para participar, como candidato, na eleição para escolha do Presidente do Senado, marcada para o próximo dia 01/02/2019, pelas razões expostas a seguir.

DA LEGITIMIDADE DO IMPETRANTE E DO CONTROLE JUDICIAL PARA
PRESERVAÇÃO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO.

Como atesta o diploma expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, o Impetrante foi eleito Senador para representar o Estado do Ceará, no Senado da República. O aval dos cidadãos ao seu nome decorreu do compromisso, assumido perante os eleitores, de defender de forma intransigente, a MORALIDADE PÚBLICA, a PROIBIDADE ADMINISTRATIVA e o INTEGRAL RESPEITO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO, valores, aliás, enfaticamente exaltados na Constituição, cuja força normativa deve prevalecer sobre o interesse particular de governantes e governados.

No dia 01 de fevereiro do corrente ano, o ora impetrante, na condição de Senador da República, participará da eleição para escolha do Presidente do Senado. Qualquer Senador, inclusive, indiciado, réu em processo penal no STF, ou condenado com decisão transitada em julgado, que estiver cumprindo pena, no regime semiaberto, poderá inscrever o seu nome para ser sufragado pelos demais senadores na disputa pela Presidência daquela Casa Legislativa.

É que, embora a Constituição nos arts. 5º, LXXIII, 14, § 9º, 37, 85, inciso V e no § 4º do art. 37, de forma muito enfática, exalte a moralidade como princípio nuclear norteador de todos os atos dos agentes públicos e exija probidade no exercício do mandato, o Regimento do Senado é omissivo, permitindo a violação desses princípios ao facultar o credenciamento de qualquer Senador, mesmo ostentando a condição de réu em ação criminal em curso no Supremo Tribunal Federal, para inscrever-se como candidato, na disputa pela presidência da Câmara Alta e, se eleito, ocupar tão relevante cargo.

Essa omissão é particularmente danosa à República porque, como assinalado, senadores indiciados, denunciados e condenados pela Suprema Corte podem inscrever-se na disputa para o comando da Casa.

Essa permissividade assume um papel de extrema gravidade, no atual quadro da vida nacional, porque a criminalidade está a expandir o chamado “estado paralelo”, avançando sobre as instituições e ameaçando a integridade dos cidadãos em todos os Estados da Federação. No Ceará, por exemplo, facções criminosas, logo no início de 2019, impuseram suas leis à população, disseminando pânico, destruição, mortes, além de imensos prejuízos materiais às pessoas indefesas, inclusive, com explosão de viaduto, incêndios em prédios e veículos públicos.

Nesse contexto da realidade, marcada por ameaça à ordem e desrespeito à lei, dúvida alguma pode persistir de que a maximização da audácia, naqueles que fazem opção pela criminalidade na periferia das cidades brasileiras, decorre, não apenas da ausência de temor da sanção prevista no Direito vigente, mas, sobretudo, do excessivo prestígio de Senadores que, mesmo indiciados, denunciados ou condenados, não apenas continuam a exercer o mandato em tão importante Instituição da República, como são considerados legitimados para presidi-la, produzindo-se, com isso, exemplo degradante a estimular, nas comunidades carentes, uma crescente busca de “isonomia” com o chamado banditismo do colarinho branco.

Um Senador denunciado, indiciado pela prática de diversos crimes perante a Suprema Corte, sendo, a despeito dos ilícitos que lhe são atribuídos, alçado à condição de Presidente do Congresso Nacional, significa, sob todos os ângulos, uma espantosa agressão aos princípios da probidade, moralidade, proporcionalidade e razoabilidade consagrados na ordem jurídica vigente. Pior que isso, na condição de infrator privilegiado da lei, passa aos predispostos à ilicitude a convicção de que o crime compensa, estimulando-os a exigirem o mesmo tratamento que lhes assegure impunidade.

Por outro lado, o Colendo STF no MS nº 24.458, em manifestação do seu festejado decano, o eminente Ministro Celso de Mello, franqueou a utilização da via mandamental para preservação dos princípios e valores consagrados na Carta da República, que se mostram essenciais para a preservação do estado Democrático de Direito. Escreveu ele:

“Como sabemos, o regime democrático, analisado na perspectiva das delicadas relações entre o Poder e o Direito, não tem condições de subsistir, quando as instituições políticas do Estado falharem em seu dever de respeitar a Constituição e as leis, pois, sob esse sistema de governo, não poderá jamais prevalecer a vontade de uma só pessoa, de um só estamento, de um só grupo ou, ainda, de uma só instituição. Na realidade, impõe-se, a todos os Poderes da República, o respeito incondicional aos valores que informam a declaração de direitos e aos princípios sobre os quais se estrutura, constitucionalmente, a organização do Estado. Delineia-se, nesse contexto, a irrecusável importância jurídico-institucional do Poder Judiciário, investido do gravíssimo encargo de fazer prevalecer a autoridade da Constituição e de preservar a força e o império das leis, impedindo, desse modo, que se subvertam as concepções que dão significado democrático ao Estado de Direito, em ordem a tornar essencialmente controláveis, por parte de juízes e Tribunais, os atos estatais que importem em transgressão a direitos, garantias e liberdades fundamentais, assegurados pela Carta da República.

[...]

No Estado democrático de Direito, não há lugar para o poder absoluto. O CONTROLE JURISDICIONAL DOS ABUSOS IMPUTADOS AO PODER POLÍTICO - PORQUE TRADUZ REAFIRMAÇÃO DA AUTORIDADE DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - NÃO TRANSGRIDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. Ainda que em seu próprio domínio institucional, nenhum órgão estatal pode, legitimamente, pretender-se superior ou supor-se fora do alcance da autoridade suprema da Constituição Federal e das leis da República. O respeito efetivo pelos direitos individuais e pelas garantias fundamentais outorgadas pela ordem jurídica aos cidadãos em geral representa, no contexto de nossa experiência institucional, o sinal mais expressivo e o indício mais veemente de que se consolidou, em nosso País, de maneira real, o quadro democrático delineado na Constituição da República. A separação de poderes - consideradas as circunstâncias históricas que justificaram a sua concepção no plano da teoria constitucional - não pode ser jamais invocada como princípio destinado a frustrar a resistência jurídica a qualquer ensaio de opressão estatal ou a inviabilizar a oposição a qualquer tentativa de comprometer, sem justa causa, o exercício do direito de protesto contra abusos que possam ser cometidos pelas instituições do Estado. As razões ora expostas - que bem traduzem anterior decisão por mim proferida (MS 24.082/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU de 03/10/2001) - justificam a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal conhecer da presente ação mandamental, eis que a alegação de ofensa a princípios de índole constitucional - precisamente por introduzir, no exame da controvérsia, um dado de natureza jurídica - descaracteriza a existência de questão exclusivamente política, permitindo, desse modo, ante a inocorrência de ato interna corporis, o pleno exercício, por esta Corte, de sua jurisdição constitucional. Lapidar, sob tal aspecto, o magistério, erudito e irrepreensível, de PEDRO LESSA ('Do Poder Judiciário', p. 65/66, 1915, Francisco Alves): 'Em substância: exercendo atribuições políticas, e tomando resoluções políticas, move-se o poder legislativo num vasto domínio, que tem como limites um círculo de extenso diâmetro, que é a Constituição Federal. Enquanto não transpõe essa periferia, o Congresso elabora medidas e normas, que escapam à competência do poder judiciário. Desde que ultrapassa a circunferência, os seus atos estão sujeitos ao julgamento do poder judiciário, que, declarando-os inaplicáveis por ofensivos a direitos, lhes tira toda a eficácia jurídica.' (grifei) É por essa razão que a jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal jamais tolerou que a invocação da natureza interna *corporis* do ato emanado das Casas legislativas pudesse constituir um ilegítimo manto protetor de comportamentos abusivos e arbitrários do Poder Legislativo.

Portanto, mesmo em se tratando de ato *interna corporis*, a eleição do Presidente do Senado não pode decorrer do sepultamento das exigências constitucionais de probidade dos agentes políticos, que o integram, para preservação da moralidade dos seus atos enquanto delegados do povo para atuar em nome do Estado. Essas exigências são incompatíveis com a investidura de pessoas indiciadas, denunciadas ou condenadas pela Suprema Corte na presidência dessa augusta Casa Legislativa. Daí a pertinência da presente impetração.

O SENADO, COMO A CASA DOS MAIS EXPERIENTES, COMPOSTO POR PESSOAS NAS QUAIS DEVEM SE INSPIRAR OS MAIS NOVOS, NÃO PODE SER PRESIDIDO POR QUEM OFERECEU MAUS EXEMPLOS À NAÇÃO, ESTANDO DENUNCIADO NA SUPREMA CORTE PELA PRÁTICA DE CRIME.

James Madison, considerado o “pai” da Constituição Americana de 1787, escreveu, no Federalist nº LXII, sobre a organização do Senado no tocante à qualificação dos seus membros:

É uma desventura inerente ao governo republicano, embora em grau menor que a outros governos, que aqueles que o administram estão sujeitos a se esquecer de suas obrigações para com seus eleitores e se demonstrar desleais à sua importante missão. Desse ponto de vista, um senado, como uma segunda câmara da assembleia legislativa, distinta da primeira e dividindo poder com ela, *será em todos os casos um controle salutar sobre o governo. Ele duplica a segurança do povo* ao exigir concordância de dois corpos distintos em esquemas de usurpação ou perfídia, quando de outro modo a ambição ou corrupção de um seria suficiente.

[...]

A necessidade de um senado é indicada igualmente pela tendência de todas as assembleias numerosas e únicas a ceder ao impulso de paixões súbitas e violentas, e a se deixar levar a resoluções descabidas e perniciosas por líderes facciosos. Inúmeros exemplos disto poderiam ser citados, tanto ocorridos nos Estados Unidos como tomados da história de outras nações. Mas não é preciso provar uma afirmação que ninguém contestaria. **Basta observar que um corpo destinado a corrigir esta enfermidade deve estar ele próprio livre dela**, devendo conseqüentemente ser menos numeroso. Deve, além disso, ter grande solidez, o que recomenda que seu poder seja conservado por um mandato de duração considerável.

[...]

A falta de confiança nos conselhos públicos mina toda iniciativa útil cujos bons resultados e ganhos dependem da continuidade de condições existentes. Que comerciante prudente arriscaria sua fortuna em um ramo de comércio quando sua única certeza é que seus planos podem ser tornados ilegais antes que os possa por em prática? Que fazendeiro ou manufator se deixaria seduzir por incentivos dados a determinado cultivo ou estabelecimento, quando não tem nenhuma garantia de que seus esforços e investimentos preparatórios não o tornarão vítima de um governo inconstante? Em uma palavra, nenhum grande avanço ou empreendimento meritório que exija os auspícios de um sistema estável de política nacional pode ter prosseguimento.

Mas o efeito mais deplorável de tudo isto *é a perda de lealdade e reverência que se produz nos corações das pessoas com relação a um sistema político que revela tantos sinais de enfermidade e desaponta tantas de suas agradáveis esperanças. Nenhum governo, como nenhum indivíduo, será respeitado por muito tempo sem que seja realmente respeitável*; nem será verdadeiramente respeitável sem possuir certa parcela de ordem e estabilidade. (Os Artigos Federalistas. Rio de Janeiro. Nova Fronteira: 1993, p.401/404).

Pinto Ferreira, por sua vez, destaca a idade mais avançada, a experiência e maior reflexão dos membros do Senado como credenciais para qualificá-lo como “Câmara de reflexão”:

O Senado é evidentemente uma Câmara de reflexão. Os seus membros têm idade mais avançada e conseqüentemente maior experiência. Poderão, assim, pensar e votar com mais independência e serenidade. Estão, de outro lado, mais desvinculados de constantes apelos ao eleitorado, pois os intervalos das eleições são mais distanciados. (Comentários à Constituição Brasileira, 2º vol. São Paulo. Saraiva: 1990, p.46).

A idade mais avançada, maior experiência de vida e mais serenidade, propagados requisitos a serem preenchidos pelos integrantes da Câmara Alta, são, obviamente, incompatíveis com condutas delituosas que motivam abertura de inquéritos policiais e a propositura de denúncia criminal contra pessoas investidas na relevante função de conter os eventuais excessos praticados na Câmara dos Deputados.

Da própria finalidade do Senado, enquanto Câmara dos Estados, “meio de equilibrar” o regime federativo com igual número de senadores, legitimando a participação dos entes federados na institucionalização da vontade federal, extrai-se a imperiosa necessidade de probidade inquestionável de quem assume a responsabilidade de presidir tão importante Instituição.

Sob quaisquer dos ângulos imagináveis, um cidadão com denúncia recebida no Supremo Tribunal Federal não pode e não deve presidir o Senado da República. Aliás, a própria designação de “casa dos mais velhos” projeta a noção de pessoas experientes – sem envolvimento com ilícitos -, comprometidas com a retidão e com os bons exemplos a serem legados às futuras gerações.

Admitir-se que alguém, com denúncia criminal contra si recebida perante a Suprema Corte, seja candidato à presidência da Instituição que os romanos designaram de “Conselho de anciões”, justamente pela exigência de maturidade e boa conduta dos seus membros e, uma vez eleito, presida o Senado da República, não apenas sinaliza à sociedade, já marcada por insuportáveis índices de criminalidade, uma irresponsável cumplicidade com a impunidade como, igualmente, afronta todas as exigências constitucionais destinadas a assegurar a probidade administrativa e a moralidade na condução dos negócios públicos. Como enfatizado, estes cinco dispositivos cobram moralidade no exercício do poder político:

Art. 5º, LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, **à moralidade administrativa**, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Art. 14, § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, **a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato**, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, **moralidade**, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Art. 37, § 4º Os atos de **improbidade administrativa** importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: V - **a probidade na administração**;

Nenhuma Constituição no planeta poderia ser mais veemente na exigência de probidade dos agentes que atuam em nome do Estado.

Ao ensejado de garantir efetividade ao Texto constitucional, O Supremo Tribunal Federal, na Ação Cautelar nº 4070, por deliberação **UNÂNIME** dos seus integrantes, afastou o Deputado Eduardo Cunha da Presidência da Câmara dos Deputados. No seu voto, acolhido por todos os integrantes da excelsa Corte, o Ministro Teory Zavascki bem expôs a necessidade de reputação ilibada para um parlamentar comandar uma Casa Legislativa:

[...] 7. Também é viável a postulação do Ministério Público de suspensão do requerido do exercício da Presidência da Câmara dos Deputados. Justifica-se, em primeiro lugar, porque, tal como o mandato parlamentar, o mandato obtido para a direção superior daquela Casa Parlamentar em determinado biênio não pode servir de anteparo para a frustração da jurisdição penal. Se a investidura por sufrágio popular não é bastante para tornar o exercício de mandato eletivo infenso a toda e qualquer forma de controle judicial, tanto menos o será a diplomação obtida por eleição interna, para o exercício de funções executivas.

De fato, a assunção da função de Presidente da Câmara pelo Deputado Federal Eduardo Cunha **acresceu às relevantes prerrogativas de representação popular, que já eram por ele titularizadas, poderes muitos mais amplos, que interferem sensivelmente na gestão dos diversos serviços daquela Casa Legislativa**. Assim, o disposto no art. 17 do Regimento Interno daquela Casa de Representação Popular permite visualizar que, entre as faculdades atribuídas à Presidência, estão as de (a) decidir sobre a agenda dos trabalhos legislativos (art. 17, I, o, q, s e t; II, b e d); (b) viabilizar a instalação, a formação e o funcionamento das Comissões em geral (art. 17, III, e alíneas); (c) decidir sobre a política de comunicação da Casa, inclusive quanto à compatibilidade de pronunciamentos com o decoro parlamentar (art. 17, V, b); (d) substituir, nos termos do art. 80 da Constituição da República, o Presidente da República (art. 17, VI, a); (e) zelar pelo prestígio e decoro da Câmara (art. 17, VI, g), além de outras funções da mais alta dignidade.

A ascensão política do investigado à posição de Presidente da Câmara, além de não imunizá-lo de eventuais medidas penais de caráter cautelar, concorre, na verdade, para que o escrutínio a respeito do cabimento dessas medidas seja ainda mais aprofundado. Afinal, de acordo com a cláusula geral de adequação, ínsita ao art. 282, II, do Código de

Processo Penal, este exame deve tomar em consideração as condições pessoais do agente – o que remete, quando a medida postulada for aquela do art. 319, VI, do mesmo Código – a uma investigação sobre a realidade de poder em que ele está inserido.

Logicamente, quando esta realidade corresponder às responsabilidades da liderança de uma das duas Casas Legislativas mais importantes da Nação, que exige escrúpulos compatíveis com a sua altíssima honorabilidade, mais intensa deve ser a crítica judiciária a respeito da presença de riscos para o bom desenvolvimento da jurisdição penal.

8. Afirmados, assim, legitimidade e cabimento, cumpre adentrar, concretamente, no juízo de presença dos riscos pertinentes ao deferimento das medidas requeridas.

O requerido responde hoje a 5 (cinco) inquéritos nesta Corte (Inquéritos 3.983, 4.146, 4.207, 4.231 e 4.232), três deles inexistentes ao tempo do requerimento, os quais se encontram em diferentes fases de tramitação. O primeiro, em que é denunciado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro por ter, segundo a acusação, recebido valores indevidos - no montante de US\$ 5.000.000,00 - para pressionar o retorno do pagamento das propinas, valendo-se de requerimentos, formulados por interposta pessoa e com desvio de finalidade, perante o Congresso Nacional (fls. 193-277), teve denúncia parcialmente recebida pelo Plenário desta Corte em julgamento recente, de 3 de março próximo passado.

No Inq 4.146, o Procurador-Geral da República ofereceu denúncia contra o requerido em 7.3.2016, também pela suposta prática dos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, tendo como pano de fundo a existência de quatro contas identificadas em instituições bancárias na Suíça, que receberiam valores possivelmente oriundos de propina obtida em contrato da Petrobras, de exploração de campo de petróleo na República do Benin, na África Ocidental.

[...]

13. **É certo que no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados os riscos de reiteração da prática desses atos, a tentativa de ocultar possíveis crimes e a interferência nas investigações são, obviamente, potencialmente elevados.**

[...]

Com o afastamento da Presidente da República de suas funções, o Presidente da Câmara dos Deputados será consequentemente alçado à posição de primeiro substituto da Presidência da República, o que torna uma eventual convocação a exercer esse papel, ao menos em afastamentos temporários do novo titular, quase certa.

Para se qualificar ao exercício da substituição, porém, parece elementar que deverá o Presidente da Câmara dos Deputados cumprir com requisitos mínimos para o exercício da Presidência da República. É indispensável, como a própria Constituição se ocupou de salientar, que seja ele brasileiro nato (art. 12, § 3º, II). **É igualmente necessário que o Presidente da Câmara dos Deputados não figure como réu em processo penal em curso no Supremo Tribunal Federal. Isso porque, ao normatizar as responsabilidades do Presidente da República, o texto constitucional precatou a**

honorabilidade do Estado brasileiro contra suspeitas de desabono eventualmente existentes contra a pessoa investida no cargo, determinando sua momentânea suspensão do cargo a partir do momento em que denúncias por infrações penais comuns contra ele formuladas sejam recebidas pelo Supremo Tribunal Federal. A norma suspensiva não teria qualquer sentido se a condução do Estado brasileiro fosse transferida a outra autoridade que também estivesse sujeita às mesmas objeções de credibilidade, por responder a processo penal perante a mesma instância.

Diante dessa imposição constitucional ostensivamente interditiva, não há a menor dúvida de que o investigado **não possui condições pessoais mínimas para exercer, neste momento, na sua plenitude, as responsabilidades do cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, pois ele não se qualifica para o encargo de substituição da Presidência da República, já que figura na condição de réu no Inq 3983, em curso neste Supremo Tribunal Federal.**

[...]

20. **Os elementos fáticos e jurídicos aqui considerados denunciam que a permanência do requerido, o Deputado Federal Eduardo Cunha, no livre exercício de seu mandato parlamentar e à frente da função de Presidente da Câmara dos Deputados, além de representar risco para as investigações penais sediadas neste Supremo Tribunal Federal, é um peyorativo que conspira contra a própria dignidade da instituição por ele liderada. Nada, absolutamente nada, se pode extrair da Constituição que possa, minimamente, justificar a sua permanência no exercício dessas elevadas funções públicas. Pelo contrário, o que se extrai de um contexto constitucional sistêmico, é que o exercício do cargo, nas circunstâncias indicadas, compromete a vontade da Constituição, sobretudo a que está manifestada nos princípios de probidade e moralidade que devem governar o comportamento dos agentes políticos.**

Poderes são politicamente livres para se administrarem, para se policiarem e se governarem, **mas não para se abandonarem ao descaso para com a Constituição.** Embora funcionem, esses Poderes, sob o impulso de suas respectivas lideranças, embora tenham autonomia para perseguir os louvores e os fracassos daqueles que temporariamente lhes imprimam comando, **são todos eles geneticamente instituídos pela mesma Constituição, e por isso estarão sempre compromissados com o seu espírito. Os poderes da República são independentes entre si, mas jamais poderão ser independentes da Constituição.**

O mandato, seja ele outorgado pelo povo, para o exercício de sua representação, ou endossado pelos demais deputados, para a liderança de sua instituição, não é um título vazio, que autoriza expectativas de poder ilimitadas, irresponsáveis ou sem sentido. **Todo representante instituído nessa República tem ao menos dois compromissos a respeitar: um deles é com os seus representados; o outro, não menos importante, é com o do projeto de país que ele se obriga a cumprir ao assumir sua função pública. A sublime atividade parlamentar só poderá ser exercida, com legitimidade, se for capaz de reverenciar essas duas balizas.** Se os interesses populares vierem a se revelar contrários às garantias, às liberdades e ao projeto de justiça da Constituição, lá estará o Supremo Tribunal para declará-los nulos, pelo controle de constitucionalidade. Mas não são apenas os produtos legislativos que estão

submetidos ao controle judicial. Também o veículo da vontade popular – o mandato – está sujeito a controle. A forma preferencial para que isso ocorra, não há dúvida, é pelas mãos dos próprios parlamentares. **Mas, em situações de excepcionalidade, em que existam indícios concretos a demonstrar riscos de quebra da respeitabilidade das instituições, é papel do STF atuar para cessá-los, garantindo que tenhamos uma república para os comuns, e não uma comuna de intocáveis.**

Poderes, prerrogativas e competências são lemes a serviço do destino coletivo da nação. São foros que convidam os consensos à razão, e não cavidades afáveis aos desaforos. O seu manejo – mesmo na escuridão da mais desoladora das tormentas – jamais poderá entregar-se a empatias com o ilícito. Como registrou o Min. Eros Grau, “a interpretação do direito, e da Constituição, não se reduz a singelo exercício de leitura dos seus textos, compreendendo processo de contínua adaptação à realidade e seus conflitos. (...). A exceção é o caso que não cabe no âmbito de normalidade abrangido pela norma geral. Ela está no direito, ainda que não se encontre nos textos normativos de direito positivo. Ao Judiciário, sempre que necessário, incumbe decidir regulando também essas situações de exceção. Ao fazê-lo não se afasta do ordenamento.” (RE 597994, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Relator(a) p/ Acórdão: Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 04/06/2009). (Grifamos).

De forma acertada, como se vê, a Suprema Corte enfatizou que a investidura de um parlamentar, com denúncia recebida no STF, na presidência de sua Casa Legislativa, “**é um peyorativo que conspira contra a própria dignidade da instituição por ele liderada**”.

Foi mais enfático o Sumo Pretório, na advertência à comunidade política: “**Todo representante instituído nessa República tem ao menos dois compromissos a respeitar: um deles é com os seus representados; o outro, não menos importante, é com o do projeto de país que ele se obriga a cumprir ao assumir sua função pública. A sublime atividade parlamentar só poderá ser exercida, com legitimidade, se for capaz de reverenciar essas duas balizas**”. Há, de outra parte, uma especial singularidade nessa ponderação: recebeu ela o aval dos onze Ministros que integram o Supremo Tribunal Federal.

Nesse passo, como poderá o Senado da República contribuir para a construção de um “projeto de país” que conduza a Nação para a prosperidade e à paz social, estando o seu Presidente DENUNCIADO, criminalmente, pela prática de crimes perante a Suprema Corte da República?

O Sumo Pretório foi ainda mais taxativo, nesta passagem do julgado acima reportado: “**É igualmente necessário que o Presidente da Câmara dos Deputados não figure como réu em processo penal em curso no Supremo Tribunal Federal. Isso porque, ao normatizar as responsabilidades do Presidente da República, o texto constitucional precatou a honorabilidade do Estado brasileiro contra suspeitas de desabono eventualmente existentes contra a pessoa investida no cargo, determinando sua momentânea suspensão do cargo a partir do momento em que denúncias por infrações penais comuns contra ele formuladas sejam recebidas pelo Supremo Tribunal Federal. A norma suspensiva não teria qualquer sentido se a condução do Estado brasileiro fosse transferida a outra autoridade que também**

estivesse sujeita às mesmas objeções de credibilidade, por responder a processo penal perante a mesma instância.” (AC. nº 4070-DF).

A bem da verdade, se um candidato a Presidente da Câmara ou do Senado não detém honorabilidade para exercer uma das atribuições essenciais dessa função, que é a de ocupar a Presidência da República na ausência do Presidente e do Vice, obviamente, não detém “elegibilidade” para disputar o cargo de Presidente de quaisquer das respectivas casas legislativas. A menos que se queira macular a honra do Estado brasileiro, agravando a desmoralização de sua classe política, com a investidura no comando do Congresso Nacional de pessoa, sabidamente, sem a dignidade e o decoro exigidos para o desempenho dessa relevante função.

A Instituição Senado da República não pode ter a sua honorabilidade enxovalhada ao empossar, na sua presidência, e réu em processo penal em curso no STF. É imperioso e urgente o resgate do conceito da classe política. Tem ela sofrido crescente degradação em decorrência do envolvimento de muitos dos seus agentes com a corrupção. A propósito, no artigo intitulado “Corrupção e opinião pública”, anotou Newton Bignotto:

“Para os estudiosos do problema, surge a questão de como lidar com o fato de que a opinião pública associa diretamente corrupção e política. [...] Quando se trata de identificar os grupos mais afeitos a serem corrompidos, as respostas indicam claramente que os diversos poderes – **o Legislativo** em primeiro lugar, seguido pelos órgãos de polícia e pela classe empresarial – são os setores mais afetados pela corrupção”. (Texto extraído do livro “Corrupção e Sistema Político no Brasil. São Paulo. Civilização Brasileira: 2011, p. 24-25).

O País é pobre por ser condescendente com a corrupção, que destrói a credibilidade do Estado. Esta é a conclusão do autorizado Francis Fukuyama:

“Em 1996, James Wolfensohn, recém nomeado Presidente do Banco Mundial, proferiu um discurso no qual apontou para o “cancro da corrupção” como um impedimento mortal para o crescimento econômico dos países pobres. [...] A percepção de que os funcionários e os POLÍTICOS são corruptos corrói a legitimidade do governo aos olhos do cidadão comum e mina o sentimento de confiança que é crucial para facilitar o funcionamento do Estado”. (Ordem Política e Decadência Política. Lisboa. Dom Quixote: 2015, p. 116-7).

A **prevenção** e a exigência de boas práticas são apontadas pela OCDE, pelo Banco Mundial e por outras instituições como eficientes mecanismos para combater a corrupção, conforme assinala José Mouraz Lopes, na obra “O Espectro da Corrupção”:

“Todo o trabalho desenvolvido por instituições como o Banco Mundial, a União Europeia, a OCDE, o Conselho da Europa e mesmo por organismos não governamentais com grande relevância pública, como a Transparência Internacional, sustenta-se na defesa de padrões normativos de *exigência comportamental* que vão muito além de imposições de políticas assentes na criminalização.

Mais do que a adoção de um conjunto de tipos criminais precisos e uniformes, estabelece-se um leque de comportamentos e boas práticas que dificultem o desvio a

padrões de comportamentos adequado e suportáveis no exercício da condução do serviço público ou com este relacionado.

Assim e neste sentido, a exigência de boas práticas, a afirmação de compromissos públicos sobre o exercício da atividade política concreta, a configuração de políticas preventivas, a disponibilidade à transparência da actuação ou a prestação de contas por parte de quem exerce o poder, independentemente de ciclos legislativos onde é exercido, são alguns exemplos que se evidenciam”. (Coimbra. Almedina: 2011, p.33-4).

Na apresentação da referida obra de José Mouraz Lopes, escreveu o festejado Professor J.J. Gomes Canotilho:

“a corrupção está sempre associada ao abuso da função pública em benefício privado. A corrupção é um obstáculo à radicação do Estado de direito democrático. Beneficia de cumplicidades, cobre-se com a intransparência das atividades públicas e privadas, oculta informações relevantes, joga com o vazio de responsabilidades, vive do conúbio entre o económico e o político”. (O Espectro da corrupção. Coimbra. Almedina:2011, p. 9).

Por sua vez, o Decreto nº 5.687, de 31/01/2006, que introduziu na ordem jurídica brasileira a Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, relaciona a PREVENÇÃO como mecanismo eficaz no seu enfreteamento. Nessa linha de combate preventivo, situa-se, por certo, a impossibilidade de tornar-se Presidente do Senado da República quem está denunciado na Suprema Corte pela prática de crimes, notadamente, contra a Administração Pública. Lê-se, a propósito, no capítulo II, da referida Convenção promulgada pelo referido Decreto:

Medidas preventivas

Artigo 5

Políticas e práticas de **prevenção** da corrupção

1. Cada Estado Parte, de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, formulará e aplicará ou manterá em vigor políticas coordenadas e eficazes contra a corrupção que promovam a participação da sociedade e reflitam os princípios do Estado de Direito, a devida gestão dos assuntos e bens públicos, a integridade, a transparência e a obrigação de render contas.
2. Cada Estado Parte procurará estabelecer e fomentar práticas eficazes encaminhadas **a prevenir a corrupção.**
3. Cada Estado Parte procurará avaliar periodicamente os instrumentos jurídicos e as medidas administrativas pertinentes a fim de determinar se são adequadas para combater a corrupção.
4. Os Estados Partes, segundo procede e de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, colaborarão entre si e com as organizações internacionais e regionais pertinentes na promoção e formulação das medidas mencionadas no presente Artigo. Essa colaboração poderá compreender a participação em programas e projetos internacionais **destinados a prevenir a corrupção.**

Como haverá o Estado brasileiro de se justificar perante os demais Países signatários da referida Convenção, cuja finalidade precípua foi bem explicitada no seu art. 1º de “promover e fortalecer as medidas para prevenir e combater mais eficaz e eficientemente a corrupção”, ao assegurar a investidura na Presidência do Congresso Nacional a uma pessoa denunciada perante a Suprema Corte pela prática de diversos crimes, ou mesmo indiciada por diferentes delitos? É flagrante, pois, a violação pela República Federativa do Brasil da referida Convenção, caso seja admitida a participação, na eleição da Mesa do Senado, de Senador que figure como réu em processo em curso no STF.

Não bastassem os argumentos irresponsáveis extraídos da manifestação unânime dos Ministros da Suprema Corte, o Regimento Interno do Senado resultará, irremediavelmente, desacatado, em se permitindo que um Senador denunciado perante o STF concorra na eleição para a presidência da Câmara Alta e dela se torne Presidente. Com efeito, dispõe o art. 48 daquele Regimento:

Ao Presidente compete:

I - Exercer as atribuições previstas nos arts. 57, § 6º, I e II, 66, § 7º, e 80 da Constituição;

II - velar pelo respeito às prerrogativas do Senado e às imunidades dos Senadores;

III - convocar e presidir as sessões do Senado e as sessões conjuntas do Congresso Nacional.

Em sã consciência, como é possível um Senador denunciado perante a Suprema Corte ser credenciado para disputar a eleição e ser investido, na função de Presidente do Senado, se não pode ele exercer a atribuição mais relevante do referido cargo de substituir o Presidente da República, missão esta que lhe é, expressamente, imposta pelo Regimento transcrito e pelo art. 80 da Constituição?

Por outra, qual a credibilidade, perante a sociedade brasileira e o mundo globalizado, de um Presidente do Senado, denunciado perante o STF pela prática de diversos crimes, para exigir respeito às prerrogativas e imunidades dos senadores, se aos olhos dos eleitores, ele próprio banalizou a imunidade, utilizando o poder, que lhe foi outorgado pelo povo, para garantia de sua impunidade?

A Constituição, no art. 55, II, impõe a perda do mandato ao Senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar. Como poderá um Presidente do Senado exigir decoro de seus pares, estando denunciado na mais Alta Corte pela prática de diferentes delitos? Aliás, o simples recebimento da denúncia pelo STF, por si só, já atesta a total falta de respeito ao decoro parlamentar exigido pela Carta Magna. No âmbito da moralidade exaltada pela Constituição, somente após violar o decoro, o parlamentar incide nas hipóteses descritas como crime que o tornam réu em processo penal na Suprema Corte.

Uma Nação não pode ser condescendente a ponto de permitir que réu, em processo criminal, seja transformado em Presidente de sua Casa Legislativa mais importante. Aristóteles já advertia sobre a má governança decorrente dessa aberração:

“Os legisladores tornam bons os cidadãos por meio de hábitos que lhes incutem. Esse é o propósito de todos os legisladores, e quem não consegue alcançar tal meta falha no desempenho de sua missão, e é exatamente nesse ponto que reside a diferença entre a boa e má administração”. (Ética a Nicômaco. São Paulo. Martin Claret: 2000, p.40-41).

Por igual, Montesquieu visualizou no decoro, na virtude o ponto de sustentação do governo emanado da soberania popular:

“Os políticos gregos, que viviam no governo popular, não conheciam outra força para sustentá-los senão a da virtude. Cessando a virtude, entra a ambição nos corações que podem recebê-la, e a cobiça em todos. Os desejos mudam de objeto; não mais se ama o que se amava; era-se livre com as leis e quer-se a liberdade contra elas. [...] Outrora, o bem dos particulares constituía o tesouro público; desde então, o tesouro público se torna patrimônio dos particulares”. (apud. Jean-Jacques Chevallier. As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a nossos dias, 8ª ed. Rio de Janeiro. Agir: 1998, p.129).

Não poderiam ser mais atuais as palavras de Montesquieu diante da realidade brasileira em que o tesouro público, por se tornar patrimônio dos particulares, motiva a abertura de inquérito, a propositura de denúncias contra congressistas que, justamente, por exigência do dever de probidade imposto pela Constituição, não podem exercer a Presidência do Senado da República.

É certo, por outro lado, que o Colendo STF, por maioria, e sem sua composição plenária, ao apreciar a ADPF nº 402 MC-REF, admitiu a permanência, no exercício da Presidência do Senado da República, de Senador que ostentava a condição de Réu em processo penal em curso naquele Tribunal. Proibiu apenas a investidura no cargo de Presidente da República se e quando convocado em caráter interino.

Aqui, porém, o quadro fático é completamente diferente. Não se busca a destituição do Presidente do Congresso Nacional, providência traumática que, aliás, no precedente acima reportado, resultou no desacato à ordem emanada de Ministro da Suprema Corte, com gravíssimos prejuízos para todas as instituições republicanas.

A situação, posta na espécie *sub judice*, busca apenas o reconhecimento da impossibilidade de concorrer à Presidência do Senado da República qualquer Senador que figure como réu, em processo penal em curso no Supremo Tribunal Federal, tal como decidido pela maior instância do Poder Judiciário, pela UNANIMIDADE dos seus membros, na citada AC 4070.

Essa providência se afigura inadiável, aliás, não apenas para assegurar a força normativa da Constituição sobre a força dos seus violadores, mas, igualmente, para restabelecer a credibilidade da classe política, pessimamente avaliada pela sociedade contemporânea, como atestou o respeitado articulista Roberto Pompeu de Toledo, numa síntese chocante, mas, infelizmente, respaldada no número de políticos indiciados, denunciados e condenados por corrupção:

“Esse é o ponto a que chegamos. Homens probos, e de bons serviços público prestados, estão, in limine, vetados. Os candidatos precisam ter em dia a carteirinha de bandido”. (Revista Veja, edição de 9/12/2015, p. 150).

No trecho transcrito, a comprovação da angústia de uma sociedade desgostosa a expressar um sentimento de perplexidade com a aplicação do ordenamento jurídico, em relação aos agentes políticos mais influentes na República, que se consideram acima da lei. Pablo Lucas Verdú explicita melhor:

“Por conseguinte, o sentimento jurídico brota de uma comoção da alma que normalmente contém momentos de prazer e de desgosto. No primeiro caso, após racionalizar-se, tende a aderir ou a harmonizar-se com o ordenamento vigente e, portanto, a respeitá-lo; no segundo, incentiva o distanciamento em relação a este último em virtude do *desgosto por ele proporcionado*, seja pela injúria que lança sobre o afetado ou sobre os seus próximos (efeito de simpatia), seja porque se considera – e aqui reaparece o elemento intelectual – que ele é injusto se comparado ao ordenamento jurídico ideal imaginado ou querido’. (O sentimento constitucional: aproximação ao estudo do sentir constitucional como modo de integração política. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 56).

É certo que essa visão deprimente, mas, infelizmente, justificada, da opinião popular sobre a classe política não pode ser desconsiderada pela Suprema Corte, permitindo-se que a Constituição seja violada com o consequente esfacelamento das instituições, pela investidura na direção do congresso Nacional de réu em processo penal no STF.

A propósito, no seu voto como Relator nas ADCS nº 29, 30 e ADI Nº 4.578, o eminente Ministro Luiz Fux sublinhou, com inegável brilho, a necessidade de concretização do respeito ao sentimento constitucional, emanado da cidadania, a exigir efetividade à moralidade pública reclamada pela Constituição. Lê-se no seu voto que prevaleceu na Corte:

“Assim, não cabe a este Tribunal desconsiderar a existência de um descompasso entre a jurisprudência e a hoje fortíssima opinião popular a respeito do tema “ficha limpa”, sobretudo porque o debate se instaurou em interpretações plenamente razoáveis da Constituição e da Lei Complementar nº 135/10 – interpretações essas que ora se adotam. Não se cuida de uma desobediência ou oposição irracional, mas de um movimento intelectualmente embasado, que expõe a concretização do que PABLO LUCAS VERDÚ chamara de sentimento constitucional, fortalecendo a legitimidade democrática do constitucionalismo. A sociedade civil identifica-se na Constituição, mesmo para reagir negativamente ao pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria”.

Na espécie, o sentimento popular de repúdio à investidura de réu em ação penal na Presidência do Senado da República encontra respaldo nas diversas normas constitucionais que exigem probidade daqueles que atuam em nome do Estado.

Encontra respaldo igualmente no citado Decreto nº 5.687/2006, que promulgou a Convenção da ONU contra a Corrupção, cujo art. 8º exige integridade e honestidade de quem atua em nome do Estado para o “correto, honroso e devido cumprimento das funções públicas”:

Artigo 8

Códigos de conduta para funcionários públicos

1. Com o **objetivo de combater a corrupção**, cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, promoverá, entre outras coisas, **a integridade, a honestidade e a responsabilidade** entre seus funcionários públicos.
2. Em particular, cada Estado Parte procurará aplicar, em seus próprios ordenamentos institucionais e jurídicos, **códigos ou normas de conduta para o correto, honroso e devido cumprimento das funções públicas**.
3. Com vistas a aplicar as disposições do presente Artigo, cada Estado Parte, quando proceder e em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, tomará nota das iniciativas pertinentes das organizações regionais, interregionais e multilaterais, tais como o Código Internacional de Conduta para os titulares de cargos públicos, que figura no anexo da resolução 51/59 da Assembléia Geral de 12 de dezembro de 1996.
4. Cada Estado Parte considerará a possibilidade de adotar, em conformidade com os princípios fundamentais de sua legislação interna, medidas disciplinares ou de outra índole **contra todo funcionário público que transgrida os códigos ou normas estabelecidos em conformidade com o presente Artigo**.

A NECESSIDADE DO DEFERIMENTO DA MEDIDA LIMINAR

Na espécie, encontram-se presentes o *FUMUS BONI JURIS* e o *PERICULUM IN MORA*. O primeiro, extraído da própria Constituição, exigindo vida pregressa compatível com a dignidade da representação popular (art. 14, § 9º, CF), probidade e moralidade na atuação dos agentes políticos, requisitos não preenchidos por Senador que figure como réu em processo penal em curso no STF. Aliás, a condição de réu, ou mesmo de simples indiciado de um Senador presidindo o Congresso Nacional, por si só, provoca irreparável descrédito à Instituição, estimula, inclusive, a criminalidade nas periferias de nossas cidades, a partir do péssimo exemplo oferecido à população

O segundo, resta bem visualizado nos danos decorrentes da não apreciação do writ, antes da eleição, no dia 1º.02.2019, com a conseqüente participação e eventual eleição para a Presidência do Senado de réu em processo penal em curso no STF, violando-se, assim, a Constituição e a Convenção contra a corrupção.

Sobre a concessão da medida liminar, cumpre trazer à colação a doutrina autorizada de HELY LOPES MEIRELES:

“A medida liminar é provimento CAUTELAR admitido pela própria lei do Mandado de Segurança quando sejam relevantes os fundamentos da impetração e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da ordem judicial, se concedida a final. Para a concessão da liminar devem concorrer os dois requisitos legais ou seja, a relevância dos motivos em que se assenta o pedido da inicial e a possibilidade de ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante se vier a ser reconhecido no decisão de mérito – *fumus boni iuris et periculum in mora*” (in *MANDADO DE SEGURANÇA*, 14ª edição, Malheiros).

Não menos valiosos são os ensinamentos de ARRUDA ALVIN e TERESA ARRUDA ALVIN PINTO, *verbis*:

“Do texto da Constituição Federal emerge claramente o espírito do legislador, no sentido de criar uma garantia, realmente eficiente, de que se possa valer a parte contra

atos que lhe ofendam direito líquido e certo. Foi incisivo e até redundante, pois, na verdade basta que o ato ofenda direito líquido e certo para que seja ilegal, e o ato abusivo a seu turno, justamente por sê-lo, é ilegal”

(in MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL, 2ª Série, Edit. RT, pág. 12)

Isto posto, considerando a situação de flagrante afronta aos princípios constitucionais, que consagram a probidade e a moralidade, expressamente enfatizados nos dispositivos constitucionais acima reportados, requer se digne, na forma do art. 7º, III, da Lei nº 12.016/2009, deferir liminar, ordenando ao Presidente do Senado se abstenha de incluir o nome de qualquer Senador, que figure como réu em processo penal no Supremo Tribunal Federal, como candidato à Presidência do Senado na eleição que se realizará no próximo dia 01 de fevereiro de 2019.

Deferida a liminar, requer, nos termos no art. 7º, I, da Lei nº 12.016/2009, seja notificada a autoridade coatora na pessoa do Presidente do Senado da República, na Praça dos Três Poderes, para prestar as informações de estilo.

Em cumprimento ao disposto no art. 12, da Lei nº 12.016/2009, requer seja ouvido o Ministério Público no prazo improrrogável de 10 dias e ao final, com ou sem parecer, concedida a segurança para a preservação do conceito e da credibilidade do Senado Federal.

Considerando, por fim, a urgência que a situação exige, requer sejam adotados os procedimentos de urgência (COMAN-Urgência) com transmissão de expedientes via e-mail para o cumprimento da ordem pela autoridade coatora.

À causa o valor para efeitos fiscais de R\$ 1.000,00.

1. deferimento.

Fortaleza, 17 de janeiro de 2019.

Pp. Djalma Pinto

OAB-CE 2665

Pp. Francisco Maia Pinto Filho

OAB-CE